

A MENTE EM HUME: O TEATRO SEM PALCO (The mind in Hume: theater without stage)

Andrea Cachel

Doutoranda em Filosofia (USP)

RESUMO: No *Tratado da Natureza Humana*, Hume argumenta que a atribuição de uma identidade pessoal e a pressuposição da existência de um *eu*, dela decorrente, é produto de ficções da imaginação, sobretudo da tendência de conectar percepções que se encontram relacionadas por princípios associativos, tais como semelhança e causalidade. Nesse sentido, Hume sustenta que a idéia de que há uma subjetividade resulta do modo como relacionamos um certo feixe de percepções. Pretendemos neste artigo apresentar alguns dos princípios da filosofia humeana que dão base a essa conclusão, discutir em linhas gerais os argumentos desse autor para a refutação da idéia de eu e mostrar como a noção de mente apresentada por ele lhe permite superar alguns limites do ceticismo quanto aos sentidos. Por outro lado, apontaremos certos problemas da explicação humeana para a noção de subjetividade, os quais parecem ser esclarecedores da sua própria relação com o empirismo.

PALAVRAS-CHAVE: atomismo; associacionismo; subjetividade; empirismo.

ABSTRACT: In his book *A Treatise of Human Nature* Hume argues that the attribute of a personal identity to something and the assumption of the existence of a *self* is a product of fictions of the imagination, mainly of the disposition of connect perceptions related by associative principles, like resemblance and causation. Hume sustains that the idea that there is a subjectivity is a result of the manner we relate a certain propensity of our perceptions. This article aims to present some principles of Hume's philosophy that establish this conclusion, discussing in a general way this author's arguments for refusing the idea of a *self* and showing how the presented notion of mind allows him to overcome some limits of the scepticism with regard to the senses. On the other hand, it shall point some problems of Hume's explanation for the idea of subjectivity, that seem to reveal his own relation with the empiricism.

KEY-WORDS: atomism; associationism; subjectivity; empiricism.

A análise humeana da noção de *eu* é realizada no *Tratado*, na seção intitulada *da identidade pessoal* (HUME 1978, pp. 251-263). É por intermédio, fundamentalmente, de uma discussão sobre a idéia de identidade quando aplicada aos sujeitos que Hume pretenderá mostrar que a mente é apenas um feixe de percepções, não havendo algo inerente a esse feixe, um algo que poderíamos chamar de eu, substância imaterial, alma – segundo ele, termos equivalentes. Tal análise resulta do vínculo da filosofia humeana com a teoria das idéias peculiar da filosofia moderna e das conseqüências atomistas que essa filosofia deriva dessa mesma teoria. Ao mesmo tempo, conforme mostraremos, evidencia os limites desses mesmos pressupostos, para a discussão da noção de consciência e da distinção entre subjetividade e objetividade. Nesse sentido, compreender inicialmente esses pressupostos, para depois avaliar o modo como eles mesmos tornam as análises de Hume quanto idéia de eu problemáticas, parece ser uma tarefa bastante pertinente para o aprofundamento da idéia de subjetividade como um todo.

Hume, tendo em vista a sua inserção na teoria das idéias lockeana, estabelece como ponto de partida de uma análise do entendimento humano, na qual estará inserida a questão da identidade pessoal, as percepções da mente. Segundo a filosofia humeana, as percepções são os limites de concepção da mente humana. Nada diferente em natureza dessas seria inteligível, de forma que uma discussão sobre a noção de identidade se coloca no terreno de uma discussão acerca das percepções a que temos acesso e, no caso específico, a que atribuímos a idéia de identidade. Trata-se de procurar um fundamento para a noção de eu no contexto das percepções que se encontram presentes à mente. Por isso, uma tal discussão estará diretamente aliada à questão do que se encontra presente à mente quando conferimos identidade a algo e, particularmente, quando à atribuição de identidade a certos conteúdos da mente corresponde a inferência de que há um eu inerente a eles.

Mais do que isso, Hume, de forma original, separa as percepções em impressões e idéias¹, estabelecendo, ainda, um vínculo de causalidade e semelhança entre impressões e idéias simples. Assim, tudo o que aparece à mente seria ou impressão ou idéia, as quais se diferenciariam especialmente pelo fato de que impressões seriam concebidas com maior força e vivacidade, enquanto as idéias seriam percepções mais fracas e menos vívidas. E segundo o "princípio da cópia"², as idéias simples seriam cópias exatas de impressões simples, aparecendo sempre como reflexos dessas. Para Hume, percepções se dividiriam em simples e complexas, sendo as primeiras, ao contrário das últimas, aquelas que não podem ser divididas ou separadas (*ib.*, p. 2). Percepções complexas seriam as formadas a partir das percepções simples. O princípio da cópia estabelece inicialmente que todas as idéias simples, ou seja, as que não podem ser divididas ou separadas, são causadas e assemelham-se a impressões simples, do que decorre que todas as idéias seriam causadas pelas impressões simples, posto que idéias complexas representam a junção de idéias simples. Isso significa que há uma vinculação direta entre a existência das idéias e a das impressões e que a discussão acerca da noção de identidade pessoal também estará relacionada à exigência de que, no limite, seja possível pressupor a existência de impressões originais condizentes com essa noção.

Assim, em síntese, a existência de impressões torna-se um pressuposto necessário para a existência das idéias, de forma que considerar a existência de uma idéia, na filosofia humeana, passa a ser senão a partir da seguinte pergunta: há impressões que possam, em algum nível, originá-la? Toda análise de idéias deve ter como seu termo, portanto, as impressões simples que originam idéias simples, que juntas formam as idéias complexas. Investigar se efetivamente possuímos uma idéia ou há apenas uma suposição de que correspondem idéias àquilo que é construído tão somente pela linguagem, dessa forma, exige uma remissão à impressão simples e às idéias simples que elas acarretam como suas correspondentes. Como já mencionamos, não será diferente com a idéia de identidade pessoal.

A análise da noção de identidade pessoal será determinada, ademais, pelo atomismo peculiar da filosofia humeana. Para Hume, analisar a formação de uma idéia é pensar os mecanismos de composição das mesmas. Isso porque, por meio do que se convencionou chamar de princípio da separabilidade³, Hume estabelece que apenas o simples é *dado*. O princípio da separabilidade determina que tudo o que é diferente é separável e vice-versa, o que significa que apenas percepções simples não podem ser divididas e que apenas elas são distintas. Em contrapartida, esse pressuposto implica a opinião de que apenas percepções simples existem de forma integral, independente de qualquer ligação e de toda construção da mente. Percepções simples (e sobretudo impressões simples, das quais decorrem as idéias simples) são os únicos dados absolutos da mente, as percepções complexas exigindo um fundamento para além da sua própria aparição na mente. Uma análise das idéias complexas deve, conforme comentamos, recorrer às impressões simples que as originam. Por outro lado, precisa retomar o caminho da sua construção, a partir de idéias simples.

Tendo em vista o princípio da separabilidade e a definição de idéias e impressões complexas, haveria uma liberdade da imaginação na separação das percepções. Segundo Hume, a imaginação pode proceder uma separação onde encontra diferença (e ela só não encontra diferença

naquilo que é simples e não composto), de forma que a união entre algumas idéias tem que ser explicada por meio de elementos externos às idéias. Na atividade da imaginação residiria parte do fundamento do atomismo, visto que os limites da imaginação são apenas os da inseparabilidade. Por outro lado, essa mesma liberdade da imaginação é o que exige a postulação de princípios associativos. Se tudo o que é distinto é separável pela imaginação, a permanência da união daquilo que não é inseparável exige princípios que expliquem essa permanência. Assim, Hume argumenta que embora a imaginação tenha total liberdade na composição de suas idéias complexas, tendo em vista que se verifica uma certa regularidade nessa composição, deve-se inferir que há a atuação de princípios de união de idéias. Mais especificamente, na formação de idéias complexas da imaginação, princípios ou qualidades associativas como a semelhança, a contigüidade espaço-temporal e a causa e efeito atuariam, não de forma inevitável, mas como uma força suave que prevaleceria na maioria dos casos (*ib.*, mesma página). Quando entre as idéias simples há uma relação de semelhança, de contigüidade no espaço ou no tempo ou de causa e efeito, na visão humeana, elas acabariam conectando-se na mente, de tal forma que uma naturalmente introduziria a outra (*ib.*, p. 13).

Inserida no contexto desse atomismo e da exigência geral de que toda análise de idéias faça uma remissão à impressão simples correspondente e ao processo de sua composição, a noção de identidade apresenta uma série de questões às quais a filosofia humeana responderá “lançando mão” de todo um arsenal de atividades da imaginação, enquanto produtora de ficções. A noção de identidade é objeto de discussão e crítica por parte de Hume não apenas quando envolvida na questão da existência de um eu. Toda noção de identidade e de substancialização, que seria dela decorrente, já apresenta, no interior dos pressupostos da filosofia humeana, problemas a serem esclarecidos. Seja na discussão acerca da atribuição de identidade aos objetos, seja na análise quanto à idéia de identidade pessoal, a noção de identidade se contrapõe à diversidade decorrente do princípio de que nada que é diferente é inseparável e de que só o simples não é separável (portanto não é diferente de si mesmo).

Isso porque, tomada em um sentido geral, a noção de identidade, para a filosofia humeana, seria a de uma relação segundo a qual se afirma que objetos são constantes e imutáveis. Isso significa, conforme aprofunda a seção pertinente à crença nos corpos (*ib.*, pp. 187-219), que possuir identidade é ser constante e imutável quando há uma variação no tempo. Hume procura mostrar que a identidade é uma relação estabelecida entre percepções semelhantes e invariáveis e que ela, por si só, já envolve uma ficção da mente. Segundo a filosofia humeana, quando atribuímos identidade a um objeto, indicamos uma relação entre percepções e sua permanência no tempo. Isso porque ao afirmarmos que um objeto possui identidade, dizemos que o "objeto é o mesmo que ele próprio", o que, para essa filosofia, representaria ser o mesmo em tempos distintos, ou seja, permanecer o mesmo quando há alteração no tempo (*ib.*, p. 200). A identidade, nesse sentido, envolveria uma associação de idéias, não podendo ser originada em impressões de um objeto individual ou de uma multiplicidade de objetos. Tal associação, por sua vez, implicaria uma ficção, tendo em vista a concepção humeana da idéia de tempo, segundo a qual essa seria uma idéia originada por uma sucessão, ou seja, diretamente vinculada a uma necessária sucessão entre objetos⁴ (*ib.*, p.37). Essa ficção seria a de um objeto imutável inserido no contexto de uma variação de nossas percepções:

Observei anteriormente que o tempo, em sentido estrito, implica sucessão, e que quando sua idéia é aplicada a objetos imutáveis, é apenas por intermédio de uma ficção da imaginação, pela qual se supõe que o objeto imutável participa das mudanças dos objetos coexistentes e, em particular, das nossas percepções. Essa ficção da imaginação prevalece quase sempre e é por meio dela que um objeto singular, colocado à nossa frente e observado durante um certo tempo, sem que nele descubramos qualquer interrupção ou variação, é capaz de nos dar a noção de identidade. (*ib.*, pp. 200-201)⁵

Assim, a identidade de um objeto significaria a sua coincidência num e noutra momento do tempo. Em outras palavras, a idéia de identidade seria, para Hume, a idéia da "*invariabilidade e ininterruptibilidade* de um objeto ao longo de uma suposta variação do tempo, pela qual a mente pode acompanhá-lo nos diferentes períodos de sua existência, sem nenhuma quebra na visão, e sem ser obrigada a formar a idéia de multiplicidade ou número" (*ib*, p. 201). Tomando como base a referida ficção da mente, constatada a invariabilidade e ininterruptibilidade de um objeto numa suposta variação de tempo, atribuir-se-ia a ele identidade, ou seja, afirmar-se-ia que esse objeto "é o mesmo que ele próprio". Mas, se a própria percepção do tempo exige uma sucessão, a idéia de que um objeto permanece o mesmo ao longo dessa sucessão (ou seja, é idêntico a si mesmo) só pode ser resultado de uma ficção, ou seja, da atuação de certos princípios associativos da imaginação. Atribuir identidade aos objetos – tendo em vista a concepção atomista de Hume, presente tanto na sua noção de tempo, como na opinião segundo a qual cada percepção é um objeto diferente – só poderia ser resultado de uma ficção da imaginação, da qual, em alguns casos, também se seguiria a tendência de supor que há uma substância inerente ao objeto percebido.

A análise humeana da questão da identidade pessoal segue os mesmos passos daquelas pertinentes à identidade dos objetos, aprofundando-os. Na rejeição humeana de que possamos afirmar consistentemente a existência de um eu, também está em jogo toda a dificuldade de conciliar a noção de identidade com o atomismo da filosofia humeana, segundo os elementos que acabamos de expor. A discussão acerca da consistência da idéia de eu representa um espaço privilegiado de análise quanto aos limites desse associacionismo. Mais particularmente, nela se revela toda a dificuldade de se aliar o atomismo, fundamento do empirismo de Hume, e a unidade necessária para a produção de associações. A subjetividade acaba por emergir como uma própria consequência dos pressupostos da filosofia humeana.

A investigação acerca da noção de eu – ou de *substância imaterial* ou *alma* – inicia justamente com aquilo que exige a teoria das idéias desse autor, a saber, uma tentativa de remissão de uma idéia à impressão simples de que decorre. A resposta de Hume evidencia que postular que temos uma idéia de eu, como algo diretamente derivado da percepção fundante que é a percepção de impressões, exige que possamos encontrar essa impressão original. E obviamente, como, para Hume, a identidade seria a idéia de uma invariabilidade ao longo de variações, sua análise rejeitará qualquer possibilidade de que falemos em eu como uma idéia diretamente derivada das impressões.

Segundo Hume, a atribuição da existência de um eu está envolvida com o ato de percebermos certas percepções em nossa mente. Contudo, isso não significa, em sua visão, que ao constatarmos a presença dessas percepções, estamos conscientes do nosso eu. Sobretudo, essa conclusão deriva do fato de que as percepções seriam sempre separáveis (até o limite das percepções simples), de forma que um conjunto de percepções presente à mente não comportaria a noção de identidade, muito menos a de algo inerente a esse conjunto. Assim, não seríamos conscientes do eu, ao percebermos, tampouco a existência de certas percepções nos permitira inferir a existência de um eu, como um algo que desse coerência à identidade que conferimos a um certo grupo de percepções. A imagem da mente como um teatro sem palco em que as percepções aparecem de forma sucessiva é a síntese do modo como Hume aborda a identidade pessoal:

A mente é uma espécie de teatro, onde várias percepções fazem sua aparição sucessivamente; passam, repassam, esvaem-se e se misturam em uma variedade infinita de posições e situações. Nele não há propriamente nenhuma *simplicidade* em um momento, nem *identidade* em momentos diferentes, embora possamos ter uma propensão natural a imaginar essa simplicidade e identidade. Contudo, a comparação com o teatro não deve nos enganar. Há apenas percepções sucessivas, que constituem a mente. Não temos a menor noção do lugar onde essas cenas são representadas, ou do material de que ele é composto. (*ib*, p. 252)

A mente seria apenas um feixe de percepções e a noção de eu tão somente uma ficção, originada por uma série de tendências da imaginação, tendências essas que extrapolam a mera função associativa que essa faculdade possa possuir. Para Hume, a mente é um fluxo de percepções que se sucedem com uma rapidez inconcebível, em um fluxo perceptivo. A relação de identidade é aplicada, conforme observamos, a objetos invariáveis e ininterruptos (o que já envolve princípios da imaginação, posto que uma mudança de tempo segundo algo invariável é impossível). Porém, quando, mesmo variáveis e interrompidas, as percepções possuem uma relação entre si, a imaginação tenderia a lhe atribuir uma identidade, visto que os atos mentais são semelhantes. No caso da identidade atribuída a um homem, o que ocorreria seria uma associação feita pela imaginação entre percepções que possuem uma relação de semelhança e causalidade. A memória rerepresenta percepções passadas que se assemelham às atuais. Por outro lado, entre diversas percepções há uma relação de causa e efeito (impressões causam idéias, estas causam impressões de reflexão, e assim por diante). Tendo em vista essas relações, e a passagem suave entre elas, a imaginação criaria a ficção de que possuímos identidade e simplicidade:

(...) ainda que essas duas idéias, a de identidade e a de uma sucessão de objetos relacionados, sejam em si mesmas perfeitamente distintas, e até mesmo contrárias, é certo que no modo comum de se pensar são geralmente confundidas. A ação da imaginação pela qual consideramos o objeto ininterrupto e invariável e aquela pela qual refletimos sobre uma sucessão de objetos relacionados são sentidas quase da mesma maneira, não há muito mais esforço de pensamento exigido para essa segunda ação do que se exige na primeira. A relação facilita a transição na mente de um objeto a outro e torna sua passagem tão fácil como se contemplasse um objeto contínuo. Essa semelhança é a causa de confusão e erro, fazendo-nos trocar a noção de objetos relacionados pela de identidade. (*ib.*, pp. 253-4)

Por outro lado, tendo em vista a variação, cria-se a ficção de que há um princípio de inerência, uma substância imaterial, o *eu*. Assim, Hume argumenta que a mente humana é apenas um feixe de percepções conectadas que adquirem, em virtude dessa conexão, uma tal união, originada da ficção da identidade dessas percepções, a qual requer a suposição de uma substância como suporte da variação. Como em sua explicação sobre a origem da idéia de substância material nos antigos, a filosofia humeana entende que, no caso do eu, a suposição de um princípio de inerência decorre da contradição entre a diversidade e diferença e a ficção de identidade e simplicidade⁶. É nesse sentido que criamos a ficção de um eu, que permanece invariável e ininterrupto, a despeito da variação e interrupção na nossa percepção. Como, de um ponto de vista, ao pararmos para refletir sobre as percepções da mente não podemos deixar de nos deparar com o fato da sua diversidade, e, de outro ponto de vista, temos a tendência de as considerar como um objeto idêntico, visto sua relação de semelhança e causalidade e a propensão da mente de confundir objetos relacionados e objetos idênticos, acabaríamos supondo que há um eu inerente à nossa mente, o qual daria coerência à convivência entre diversidade e identidade (*ib.*, p. 262).

E é essa concepção de mente, como um simples feixe de percepções, ao qual se atribui identidade, mas que, entretanto, não contém um algo inerente, senão como uma ficção necessária, que permitirá a Hume tentar resolver um problema peculiar da filosofia da representação como um todo. Ao intentar defender a consistência de uma crença vulgar na matéria, a qual partiria da suposição de um sistema de existência simples⁷, uma das etapas exigirá da filosofia de Hume justificar como a existência contínua dos objetos não implica a sua criação e aniquilação constantes – considerando-se que, embora afirmando que a crença vulgar parte da identificação entre percepções e objetos, a filosofia humeana tem como um de seus elementos centrais o reconhecimento de que só percepções estão presentes à mente. Seria necessário responder a duas questões: "*Primeira*, como podemos admitir que uma percepção pode estar

ausente da mente sem ser aniquilada. *Segunda*, de que maneira nós concebemos que um objeto se torna presente à mente sem uma nova criação de uma percepção ou imagem; e o que queremos dizer como esse *ver*, *sentir* e *perceber*." (*ib*, p. 207).

E para justificar como os objetos não seriam criados e aniquilados a todo instante, mesmo existindo quando não percebidos, será precisamente essa concepção dessubstancializada do eu o recurso explicativo empregado para mostrar como podemos assentir à suposição da existência contínua. Com base na opinião de que a mente é um feixe de percepções e não uma substância, Hume conclui que percepções-objetos podem estar presentes ou ausentes da mente, sem que isso signifique alteração na sua existência. Como vimos, a mente seria um feixe de percepções, unidas por uma relação. Essas percepções seriam distintas, portanto separáveis umas das outras (*ib*, p. 207). Por isso, uma delas poderia ser separada da mente (que é o conjunto dessas percepções distintas), sem que isso significasse a sua aniquilação. Da mesma forma, uma percepção poderia tornar-se presente à mente, ou seja, entrar em conexão com o feixe, sem que isso implicasse a criação de novas idéias. Ser percebido representaria adquirir uma relação com esse feixe de percepções, portanto, poder-se-ia conceber que um objeto se torna presente à mente sem a criação de uma nova percepção. Nas palavras do autor:

Quanto à primeira questão, podemos observar que o que chamamos *mente* é apenas um conjunto ou coleção de diferentes percepções, unidas por certas relações, conjunto que se supõe falsamente ser dotado de uma perfeita simplicidade e identidade. Mas, como cada percepção é distinguível de outra e pode ser considerada com existindo separadamente, segue-se evidentemente que não há absurdo em separar da mente alguma percepção particular, ou seja, em romper todas as suas relações com a massa conectada de percepções, que constitui um ser pensante. O mesmo raciocínio nos ajuda a responder a segunda questão. Se o nome *percepção* não torna a sua separação da mente absurda ou contraditória, o nome *objeto*, significando a mesma coisa, não pode nunca tornar a sua junção impossível. Objetos externos são vistos, sentidos e tornam-se presentes à mente, isto é, adquirem tal relação com um feixe conectado de percepções que as influenciam consideravelmente, aumentando o seu número com reflexões e paixões e abastecendo a memória de idéias. (*ib*, p. 207)

Para Hume, isso indicaria que um objeto pode, após ter sua percepção interrompida, voltar a ser percebido sem a criação de uma idéia nova ou diferente daquela que se tinha anteriormente desse objeto. Poder-se-ia supor, a partir disso, que um objeto da mente (ou percepção) existe mesmo quando não percebido e, em decorrência, crer nessa suposição. Tal suposição, dessa forma, é concebível, pois não representa uma contradição. Assim, apresentando uma nova definição de mente, a qual caracteriza a sua unidade como ficção, e dando um novo sentido ao que significaria "ser percebido", a filosofia humeana parece ter procurado garantir que a existência de uma percepção e sua aparição na mente (o seu ser conhecido) possam ser concebidas como coisas distintas e, por isso, seja possível separá-las mentalmente.

Nesse sentido, uma dessubstancialização da mente, em outros termos, a negação de que seja possível afirmar consistentemente que há um eu, entendido como uma substância imaterial, não tem apenas a função de mostrar como o eu é uma ficção, mas também já apresentar em linhas ainda muito gerais uma resolução para o problema da representação. Isso nos indica que, admitir, por um lado, que só temos acesso a percepções da mente, e, por outro, mostrar como isso não nos permite inferir a existência do eu (e que, de determinada forma, é possível ainda compreender a percepção como um processo também material) é algo que a filosofia humeana já parece delinear, ainda que não tenha sido possível a essa filosofia desenvolver totalmente a questão.

Não é por outro motivo que alguns problemas inerentes a essa tentativa de negar a existência de um eu já aparecem nessa filosofia. De certa forma, em contrapartida, por meio do

apontamento de parte desses problemas, podemos vislumbrar certas críticas a serem estabelecidas a algumas correntes mais contemporâneas que procuram negar a existência da consciência. E o mais fundamental desses problemas, no caso da filosofia de Hume, como ele mesmo observa, no Apêndice do *Tratado*, a impossibilidade de se conciliar o princípio segundo o qual cada percepção é distinta, portanto separável, e vice-versa, e a produção da identidade pessoal por meio da relação entre as percepções que se sucedem nesse teatro sem palco que seria a mente humana.

De um lado, Hume mostra que não há conexão percebida entre as percepções e que cada percepção é uma unidade, separável, portanto. A identidade, por outro lado, pressupõe uma conexão tal entre as percepções que faça com que se considere essas várias percepções conectadas como um mesmo objeto (como algo que não é composto, mas sim simples e idêntico). Essa conexão, porquanto não é percebida, exige, em contrapartida, que tenhamos que a considerar como uma relação estabelecida, não pela própria percepção (o que daria origem, por exemplo, à possibilidade de falarmos que concebemos o poder que uma causa tem para produzir o seu efeito e, assim, que não precisemos fundamentar a relação causal em uma determinação da mente, originada pela inferência mediada pelo costume), mas sim por determinados princípios e propensões (em alguns casos específicos) da mente. A filosofia humeana, para explicar a unidade ou individualidade conferida ao feixe de percepções, recorre a tendências da mente, ou seja, por meio de operações daquilo que está em questão na análise, o que significaria a existência de uma circularidade⁸.

Ao falar de princípios e tendências da imaginação, Hume muitas vezes a eles se refere como princípios e tendências da mente⁹. A atuação da imaginação, nesses casos, portanto, (e ainda que nos referíssemos a ela como uma faculdade da mente ou da alma, por exemplo) pressupõe essa unidade que aparece como produto da conexão estabelecida pela semelhança e pela causa e efeito. É nesse sentido que o problema apresentado pela questão da identidade pessoal torna evidentes as conseqüências do atomismo humeano, da concepção segundo a qual apenas o simples é indivisível e de que toda relação é externa às idéias¹⁰. Para que se possa ser coerente com o atomismo, que pressupõe apenas o simples como dado, e exterioriza toda relação, é preciso recorrer a uma atividade (ainda não configurada nos moldes das filosofias que se seguirão, obviamente) que pressupõe a unidade da mente, a qual, portanto, não pode ser conseqüência dessa própria atividade.

Mas isso não significa que tenhamos que ter apenas uma perspectiva crítica da explicação humeana para a noção de identidade pessoal. O empirismo humeano parece ser fundamental para revelar como a existência da subjetividade (e aí talvez em uma perspectiva dessubstancializada, ou seja, em que a noção de eu não possa ser traduzida pelas de *alma* ou *substância imaterial*) talvez seja um pressuposto do próprio empirismo, especialmente das conseqüências atomistas do mesmo. E isso parece, por fim, indicar que a filosofia humeana é uma etapa fundamental para a própria reconfiguração das funções do entendimento, a ser consolidada posteriormente na história da filosofia. Do ponto de vista da questão da *subjetividade*, talvez o que já se evidencie nos problemas que a idéia de eu confere ao atomismo humeano é que a própria exigência de cientificidade – resumida na limitação do dado empírico – postula a existência de um algo que transcende esse mesmo dado empírico.

Referências bibliográficas

- BENNETT, J (1971). *Locke, Berkeley, Hume. Central Themes*. Oxford: Clarendon Press, 1971.
 BRUNET, O. (1965). *Philosophie et Esthétique chez David Hume*. Paris: Librairie Nizet;
 CACHEL, A. (2005). *A inteligibilidade da existência externa na filosofia humeana*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em Filosofia, UFPR.
 DELEUZE, G (2001). *Empirismo e Subjetividade*, São Paulo: Editora 34

- FLEW, A.(1961) *Hume's Philosophy of Belief*. Londres: Routledge and Kegan Paul
- GARRETT, D. (1997) *Cognition and Commitment in Hume's Philosophy*. Nova York: Oxford University Press
- HUME, David.(1978) *Treatise of Human Nature*. Selby-Bigge/P.H.Nidditch.2ed.Oxford: At The Clarendon Press,1978.
- LEROY, A-L. (1953). *David Hume*. Paris: PUF
- MALHERBE, M.(1992). *La Philosophie Empiriste de David Hume*. 3.ed. Paris: Vrin
- NOXON, J. (1973) *Hume's Philosophical Development: A Study of his Methods*. Oxford: At the Clarendon Press .
- O'SHEA, J. R. (1997). "Fictions Duration and Informative Identity in Hume's Treatise". In *Manuscrito*, vol.XX, n.2, p. 145- 167.
- PEARS, D. (1990) *Hume's System. An Examination of the First Book of his Treatise*. Oxford: Oxford University Press.
- PENELHUM, T. (1975). *Hume*. Londres: The Macmillan Press
- PENELHUM, T. (1966). "Hume on Personal Identity". In *Modern Studies in Philosophy (Hume)*, ed. V.C. Cappell, Londres: University of Notre Dame Press
- PRICE, H. H. (1940) *Hume's Theory of The External World*. Oxford University Press.
- RIBEIRO DE MOURA, C. A. (1997). "Crítica Humeana da Razão". In *Manuscrito*, vol.XX, n.2, p. 145- 167.
- SMITH, P. J.(1995) *O Ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.
- STROUD, B.(1995) *Hume*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.

Notas

¹ Hume observa que está dando um sentido mais exato ao termo *idéia* empregado por Locke. Isso atesta que é o contexto da teoria das idéias lockeana o pano de fundo da teoria das idéias de Hume e ao seu estudo da natureza humana, como observam, por exemplo, PENELHUM (1975, p. 29) e STROUD (1995, p.17). Mas como analisa LEROY (1953, p. 31), é preciso perceber que em Hume a impressão não traz nenhuma remissão à sua origem. Portanto, a sua filosofia rejeitaria as filosofias de Locke, Leibniz e Berkeley, os quais criariam um vínculo entre essas percepções originais e, respectivamente, os objetos, o próprio espírito ou Deus.

² Para uma leitura mais detalhada desse princípio e dos argumentos de que ele decorre ver, por exemplo, GARRETT (1997, p. 43), NOXON (1973, p.138) BENNETT (1971, p.227), FLEW (1961, pp.25-6), STROUD (1995, pp. 33-35), PEARS (1990, p. 22) e BRUNET (1965, pp. 290-298). Cabe apenas destacar aqui que segundo BRUNET (p. 295), a noção de que as idéias derivam em última instância das impressões simples seria inspirada em Malebranche, na sua obra *Recherche de la Verité*. A própria distinção entre impressão e idéia, segundo MALHERBE (1992, p. 73), já derivaria de Malebranche, assim como, para SMITH (1995, p. 57 n22) a diferença entre percepções baseada na força e vivacidade.

³ GARRETT (*ib*, p. 58-9) e RIBEIRO DE MOURA (1997, p.159-165) concordam ao apontar o princípio da separabilidade como fundamental a várias temáticas na filosofia humeana, como, por exemplo, na problematização da idéia de conexão necessária, em que é pela opinião de que a idéia de causa é separável da de efeito que se estabelece que a relação entre causa e efeito não pode ser objeto da razão demonstrativa. Entretanto discordam em relação ao estatuto desse princípio, seja ele empírico (Garrett, p.66) ou metafísico (Ribeiro de Moura, p. 159-165).

⁴ Hume afirmara anteriormente que a idéia de tempo deriva sempre da maneira como impressões diferentes aparecem à mente: "A idéia de tempo não é derivada de uma impressão particular misturada à outra, da qual seria totalmente distinguível. Ela deriva inteiramente da maneira pela qual as impressões aparecem à mente, sem ser uma delas. Cinco notas tocadas em uma flauta nos dão a impressão e idéia de tempo, embora o tempo não seja uma sexta impressão, que se apresentaria à audição ou a qualquer outro sentido" (HUME 1978, p. 36)

⁵ PRICE (1940, p. 40) apresenta um exemplo dessa ficção: "A pedra que eu observo permanece absolutamente imodificável por cinco minutos. Contudo, pequenas mudanças ocorrem ao seu redor. A grama na qual se encontra, ondula suavemente com o vento, uma folha cai, há um pingo de chuva, depois outro, um besouro passa por ela". Para outras opiniões sobre a ficção envolvida na identidade: STROUD (*ib*, pp.103-104) e O'SHEA (1997).

⁶ Quanto à análise humeana acerca da idéia de substância na filosofia antiga ver: (HUME 1978, pp. 219-225).

⁷ Não será possível aqui aprofundar a temática da crença nos corpos, na filosofia humeana. É importante apenas observar que, para Hume, a crença nos corpos seria decorrente de certas ficções da imaginação, partindo-se do pressuposto vulgar de que as percepções são os próprios objetos. Para um aprofundamento dessa questão, ver, por exemplo, nossa dissertação de mestrado: (CACHEL. 2005).

⁸ STROUD (*ib*, p. 123-140) estabelece críticas à análise humeana da identidade pessoal precisamente por esse seu aspecto. Para ele, Hume explica a unidade ou individualidade conferida ao feixe de percepções por meio de tendências da mente, ou seja, por meio de operações daquilo que está em questão na análise, o que significaria, para esse comentador, a existência de uma circularidade, circularidade essa que também apareceria na dependência que a identidade pessoal tem da relação de causa e efeito que, por sua vez, é dependente da unidade da mente. Já PENELHUM (1966) observa outros aspectos problemáticos, os quais parecem também ser relevantes. Esse comentador afirma que Hume parece ter misturado a noção vulgar e filosófica de identidade e, no fundo, tentado justificar uma opinião que não é totalmente compatível com a opinião vulgar, mas com base em parte da opinião vulgar.

⁹ Podemos observar essa pressuposição na seguinte passagem, da análise da crença nos corpos: “Quando fixamos nosso pensamento em algum objeto e supomos que ele continua o mesmo por algum tempo, é evidente que supomos que a mudança ocorre apenas no tempo e nunca nos esforçamos para produzir qualquer nova imagem ou idéia do objeto. *As faculdades da mente repousam, não realizando mais esforço do que é necessário para continuar aquela idéia que já possuíamos anteriormente e que subsiste sem variação ou interrupção*” (HUME 1978, p. 203- *italico nosso*).

¹⁰ Como DELEUZE (2001, p. 113) observa, sobre a filosofia humeana: “ As relações são exteriores aos seus termos. Isso quer dizer que as idéias não dão conta da natureza das operações feitas sobre elas e nem, particularmente, das relações estabelecidas entre elas. Os princípios da natureza humana, os princípios de associação, são a condição necessária das relações”.

Recebido em 18/05/2008

Aprovado em 19/06/2008